

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.023 - RJ  
(2019/0275547-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : A G DE M**  
**ADVOGADO : VERONICA ASSIS DIAS E OUTRO(S) - RJ213407**  
**EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : DAMIAO ALVES DE AZEVEDO - DF022069**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por A G DE M em face da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que "encontra-se omissa, por não apreciar o pedido de devolução do prazo recursal, por falta de intimação válida" (fl. 240).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **como é a hipótese dos autos**, uma vez que há pedido expresso na petição de agravo em recurso especial suscitando nulidade da decisão que inadmitiu o recurso especial, razão pela qual passo a analisá-la nesta oportunidade.

Mediante análise dos autos, verifica-se, *a priori*, que a publicação da decisão que inadmitiu o recurso especial se deu em nome de advogado diverso do indicado pela parte embargante na procuração de fl. 9.

Entretanto, conforme narrado pela própria embargante, esta tomou conhecimento da decisão de inadmissão de seu recurso especial e em tempo e modo

adequados, apresentou o recurso cabível (fls. 673/699), sem que fosse demonstrado qualquer prejuízo efetivo.

Ora, sendo a finalidade da publicação a ciência das partes da decisão proferida, certo é que, de acordo com o art. 277 do CPC, o ato há de se considerar válido.

Ademais, segundo recente orientação firmada pela Corte Especial, mesmo matérias de ordem pública não podem ser analisadas no âmbito do recurso especial, se não estiverem prequestionadas pela Corte de origem.

Ainda, firmou-se no mesmo julgado que o dever de sanar questões de ordem pública cabe às instâncias ordinárias, não podendo ser imputado a esta Corte Superior tal dever.

Por oportuno, transcrevo a ementa do citado julgado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO PARA SEU EXAME NESTA CORTE SUPERIOR. JULGADOS DO STJ E DO STF. NULIDADE DE ALGIBEIRA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Segundo o acórdão objeto da divergência, oriundo da Primeira Seção, os ora agravantes tiveram, por mais de uma vez, a oportunidade de alegarem a intempestividade dos declaratórios interpostos pela União na instância ordinária.

2. Contudo, não suscitaram tal questão, seja no Tribunal Regional Federal da 5ª Região por meio de embargos declaratórios, seja nas contrarrazões do recurso especial interposto pela União, somente vindo alegar o suposto vício após o provimento monocrático do recurso especial da agravada, conforme assinalado no voto condutor do julgado da Primeira Seção.

3. Em recurso especial, a matéria de ordem pública somente pode ser examinada quando prequestionada pela Corte de origem e invocada no recurso especial ou nas contrarrazões do recorrido. Precedentes desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal.

4. Não cabe aos agravantes imputar a esta Corte o dever de sanear questão de ordem pública ocorrida na instância de origem, se optaram por não suscitá-la no momento oportuno. Tal conduta se equipara às hipóteses nas quais esta Corte Superior reconheceu a denominada nulidade de algibeira ou de bolso, que ocorre justamente quando a parte deixa para arguir o vício apenas em momento posterior, dada a conveniência para a sua defesa, e em afronta ao princípio da boa-fé processual, norteador do atual processo civil.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EREsp 582.776/AL, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 11/06/2019, DJe 14/06/2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, da análise do recurso de agravo em recurso especial observa-se que a parte agravante deixou de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Veja-se que a refutação apta a infirmar a decisão agravada deve ser efetiva, individualizada, específica e fundamentada. Ilustrativamente: AgRg no AREsp 226.300/PR, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 13/12/2012.

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração**, sem modificação da decisão embargada, apenas para sanar a omissão e afastar a suscitada nulidade do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente